



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

<b>Processo nº</b>	10980.720675/2013-69
<b>Recurso nº</b>	Voluntário
<b>Acórdão nº</b>	<b>2201-003.552 – 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária</b>
<b>Sessão de</b>	04 de abril de 2017
<b>Matéria</b>	Contribuições Previdenciárias
<b>Recorrente</b>	ORDESC - ORGANIZACAO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
<b>Recorrida</b>	FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS**

Período de apuração: 01/03/2009 a 30/10/2011

COMPENSAÇÃO. DECLARAÇÃO COM FALSIDADE. MULTA EM DOBRO.

Na hipótese de compensação indevida, quando se comprove falsidade da declaração apresentada pelo sujeito passivo, o contribuinte estará sujeito à multa isolada aplicada em dobro.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso voluntário.

*Assinado digitalmente.*

CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA - Presidente.

*Assinado digitalmente.*

ANA CECÍLIA LUSTOSA DA CRUZ - Relatora.

EDITADO EM: 29/04/2017

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Carlos Henrique de Oliveira (Presidente), Ana Cecília Lustosa da Cruz, Dione Jesabel Wasilewski, José Alfredo Duarte Filho (Suplente convocado), Marcelo Milton da Silva Risso, Carlos Alberto do Amaral Azeredo e Daniel Melo Mendes Bezerra.

## Relatório

Trata-se de Recurso Voluntário contra decisão primeira instância que julgou improcedente a impugnação apresentada pelo sujeito passivo.

Nesta oportunidade, utilizei-me do relatório produzido em assentada anterior, eis que aborda de maneira elucidativa os fatos objeto dos presentes autos, nos termos seguintes:

*Trata-se de processo administrativo fiscal constituído dos seguintes autos de infração:*

- *AI n.º 51.034.620-0: para a exigência de contribuições decorrentes de glosa de compensações efetuadas indevidamente pelo sujeito passivo, no período de 03/2009 a 12/2010; e*
- *AI n.º 51.034.619-7: para a exigência de multa isolada por compensações indevidas com comprovada falsidade, no período de 07/2009 a 10/2011.*

*De acordo com o relato fiscal (fls. 33/38), o sujeito passivo informou, em resposta ao termo de início de procedimento fiscal –TIPF (fls. 132/136), ter procedido a compensação das contribuições previdenciárias com créditos de títulos da dívida pública (ORTNs e OTNs) adquiridos de terceiros.*

*O Fisco aponta que o sujeito passivo apresentou escritura de cessão de títulos ao portador e contrato com o cedente, mas não apresentou qualquer título de dívida pública, cártula ou equivalente a fim de configurar indício de prova do direito creditório em face do Fisco.*

*Diz, ainda, que o art. 34, §3.º, I, “c” da Instrução Normativa RFB n.º 900/2008 e o art. 74, §12, “c” da Lei n.º 9.430/96 vedam expressamente a compensação de tributo administrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com crédito proveniente de títulos da dívida pública.*

*Logo, conclui que as informações prestadas em GFIP referentes às compensações não são verdadeiras e serviram, indevidamente, para reduzir os valores das contribuições previdenciárias. Em resumo, diz que o Autuado realizou compensações sem suporte legal e que o processo constitui os créditos previdenciários decorrentes da rejeição (glosa) dessas compensações.*

*No Demonstrativo de cálculo da multa isolada (fls. 156/159) estão indicados o CNPJ, a competência, código de controle e data de envio da GFIP; o valor compensado; e o valor da multa isolada aplicada.*

*A conduta configura, em tese, crime contra a ordem tributária, pelo que será emitida representação fiscal para fins penais (RFFP).*

*No tocante à comprovação da falsidade nas declarações e aplicação da multa isolada, prevista no art. 89, §10, da Lei n.º 8.212/91, afirma que a Ordesc celebrou contrato com particular*

*e passou a tentar iludir o Fisco com suas declarações de compensações calcadas em créditos inexistentes. A partir de um “jogo de palavras” criado entre particulares, a Ordesc manejou-se como credora do Fisco, indicando seus pretensos créditos à compensação de contribuições previdenciárias, à margem da lei.*

*Cientificado do processo em 18/02/2013 (f. 235), o sujeito passivo apresentou manifestação de inconformidade (fls. 246/300), em 15/03/2013 (f. 245), aduzindo os seguintes argumentos:*

- 1. a tempestividade da manifestação;*
- 2. ilegitimidade do Delegado da Receita Federal de Curitiba para glosa das unidades não pertencentes à sua jurisdição:*
  - 2.1. somente a pessoa jurídica inscrita sob n.º 05.998.023/0001-50 foi autuada, apesar de serem glosados os procedimentos realizados pelas filiais;*
  - 2.2. porém, cada pessoa jurídica efetua o seu recolhimento de forma descentralizada;*
  - 2.3. Compete ao Delegado da Receita Federal da jurisdição a verificação dos procedimentos utilizados. A legitimidade do Delegado é determinada conforme art. 203, da Portaria MF n.º 125/2009;*
  - 2.4. somente se o recolhimento fosse centralizado é que poderia ser imputado à matriz o recolhimento das demais entidades;*
  - 2.5. cumpre destacar que matriz e filial são pessoa jurídicas distintas, cada qual com o seu CNPJ e responsável pelo cumprimento de obrigações tributárias de forma autônoma, sedimentada no princípio da independência de domicílios, previsto no art. 127, II, do CTN e no art. 75, §1.º, do CPC;*
  - 2.6. somente o Delegado da jurisdição possui condições para verificar a regularidade dos procedimentos adotados, conforme Portaria n.º 3.133/2011;*
  - 2.7. a Portaria RFB n.º 10.166/07, revogada pela Portaria RFB n.º 2.466/2010, ao definir as áreas de jurisdição, atribui ao delegado competência apenas para verificar a atuação das pessoas jurídicas estabelecidas na sua jurisdição;*
- 3. AI n.º 51.034.620-0:*
  - 3.1. da legalidade do procedimento adotado pela Impugnante:*
    - 3.1.1. as compensações têm como supedâneo títulos da dívida pública, os quais possuem respaldo do procedimento localizado em legislação esparsa. Em caráter exemplificativo, art. 1.º, §4.º, da Lei n.º 4.357/64; art. 6.º, da Lei n.º 10179/2001;*

3.1.2. as legislações estão vigentes e não há norma válida que determine o prazo para utilização dos referidos títulos;

3.1.3. resta demonstrado que o procedimento adotado pela Impugnante possui respaldo legal;

3.1.4. caso se entenda que para elucidar os argumentos é imprescindível a apresentação dos títulos públicos, requer desde já seja deferido prazo para o atendimento desta diligência;

3.2. da hipótese de incidência da contribuição previdenciária patronal:

3.2.1. é necessário que seja verificada a perfeita subsunção dos fatos à norma de incidência tributária para, somente após tal procedimentos, ser aferido eventual saldo devedor;

3.2.2. a exigência de tais valores não merece prosperar pois não acompanha a previsão legal de ocorrência da hipótese de incidência e do fato gerador;

3.2.3. necessário analisar determinadas rubricas sobre as quais incidem contribuição previdenciária, como forma de afastá-las, reconsiderando os valores apurados no auto de infração;

3.3. da ilegalidade da incidência da contribuição patronal sobre rubricas em que não há remuneração por serviços prestados: a autoridade exige o recolhimento de contribuição em situações em que não há remuneração por serviços prestados, ou seja: (i) as importâncias pagas nos 15 primeiros dias de afastamento do funcionário doente ou acidentado; (ii) valores pagos a título de salário-maternidade; (iii) importâncias pagas a título de férias gozadas e adicional de férias de 1/3;

3.4. ilegalidade da incidência da contribuição patronal sobre rubricas que possuem caráter indenizatório:

3.4.1. a Impugnada exige contribuição sobre valores que desbordam do fato geradores in abstracto, quais sejam os adicionais: (iv) sobre as horas-extras; (v) noturno; (vi) de periculosidade; (vii) de insalubridade; (viii) de transferência;

3.4.2. como se não bastasse, revogou-se o a alínea "f", do inciso V, do art. 214, do Decreto n.º 3048/99, valendo-se disto para a exigência sobre outra verba indenizatória, o aviso prévio indenizado e 13.º salário proporcional;

3.4.3. a exigência de contribuição sobre as verbas indenizatórias em debate implica inegável ofensa ao princípio constitucional da legalidade tributária (CF, art. 150, inciso I, c/c art. 195, §4.º, c/c art. 154, inciso I);

4. AI n.º 31.054.619-7:

4.1. ausência de tipificação de crime contra a ordem tributária: restou consignado pelo auditor que o Impugnante prestou todas as informações solicitadas, ou seja não criou óbice, nem prestou qualquer informação falsa;

4.2. *súmula vinculante n.º 24 do STF: ausência de tipificação de crime material antes do lançamento definitivo do tributo;*

4.3. *inaplicabilidade da multa isolada – ausência de tipificação do ilícito penal:*

4.3.1. *os valores apurados não se apresentam corretos, vez que a contribuição está incidindo ilegalmente sobre os 15 primeiros dias que antecedem o auxílio doença, salário-maternidade, férias gozadas, terço constitucional de férias, adicional de horas-extras, adicional noturno, de periculosidade, de insalubridade, de transferência, aviso prévio e 13.º proporcional, nos termos das razões anteriormente tecidas;*

4.3.2. *quando da intimação para apresentar documentação referente às compensações realizadas, a Impugnante cumpriu integralmente a solicitação.*

*O auditor consignou que 26 eventos foram esclarecidos, e 118 fundamentaram o seu entendimento de glosa das compensações, de forma que o impugnante não se recusou ou se furtou a prestar informações ao Fisco, e que definitivamente estas não são falsas;*

4.3.3. *nos termos da súmula vinculante n.º 24 do STF, não há tipificação de crime antes do lançamento definitivo do tributo e, via de consequência, não há como ser tipificado o ilícito imputado ao impugnante;*

4.3.4. *a hipótese do §10, do art. 89, da Lei n.º 8.212/91 configura-se na comprovação de falsidade da declaração apresentada pelo sujeito passivo.*

*Logo, considerando que restou comprovado que a impugnante não prestou informações falsas, necessária a anulação do auto de infração;*

4.4. *da ofensa aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade diante da multa aplicada:*

4.4.1. *a discricionariedade do legislador ao criar as leis, deve respeitar os princípios constitucionais, dentre eles o da razoabilidade e proporcionalidade;*

4.4.2. *a multa de 150% caracteriza excesso de poder, impondo ao administrado um ônus mais grave que a própria conduta sancionada.*

*Ao final requer a produção de todas as provas em direito admitidas, em especial a documental e perícia contábil.*

*Com a impugnação, trouxe cópias dos seguintes documentos: documentos de identificação e procuraçāo (fls. 301/430); mensagens eletrônicas (fls. 431/436); contrato com a empresa Lubanco advogados (fls. 437/443); escritura pública e contrato particular de cessão de títulos ao portador (fls. 444/448; 457/461); aditivo ao contrato com Lubanco (fls. 449/456; 466/470); requerimento ao Coordenador Geral de controle da*

dívida pública CODIV/STN (fls. 462/465); requerimento à Delegacia da Receita Federal DF (fls. 471/480); cópias do processo n.º 10980.720675/2013-69 (fls. 481/514).

Em 21/01/2014, o sujeito passivo peticiona (fls. 523/524) requerendo a juntada de mídia (CD) anexa, contendo cópia integral dos autos do processo judicial n. 0046233-80.2013.8.16.0001, em trâmite na 6.ª Vara Cível do Foro Central de Curitiba (PR), no qual o Impugnante demanda em face de Lubanco Advogados. A requerente pretende a rescisão contratual, cujo objeto era a aquisição do título indicado como forma de pagamento de tributos, objeto do presente processo administrativo, comprovando assim, a inexistência de má-fé da requerente em sua atuação.

Eis, em resumo, o que importa relatar.

A Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Recife (PE) julgou improcedente a impugnação, restando mantida a notificação de lançamento, conforme a seguinte ementa:

**ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS**

*Período de apuração: 01/03/2009 a 30/10/2011*

**MATRIZ. ESTABELECIMENTOS. FISCALIZAÇÃO.  
LEGITIMIDADE.**

*A legitimidade para executar ações de fiscalização é da Delegacia da Receita Federal do Brasil em cuja área de abrangência esteja situado o estabelecimento matriz da empresa, e o procedimento fiscal executado na matriz compreende todos os estabelecimentos da empresa.*

**COMPENSAÇÃO. TÍTULOS PÚBLICOS.  
IMPOSSIBILIDADE.**

*As contribuições previdenciárias somente poderão ser restituídas ou compensadas nas hipóteses de pagamento ou recolhimento indevido das mesmas contribuições, nos termos e condições estabelecidos pela legislação, sendo impossível a utilização de créditos provenientes de títulos da dívida pública ao portador.*

**RUBRICAS TRIBUTÁVEIS. MATÉRIA INCONTROVERSA.**

*Incabível, neste processo administrativo fiscal, o exame de hipóteses de incidência e rubricas tributáveis quando não houve qualquer controvérsia sobre a matéria, dado que a autoridade lançadora não questionou as bases de cálculo apuradas pelo sujeito passivo e voluntariamente declaradas nas GFIP.*

**COMPENSAÇÃO. DECLARAÇÃO COM FALSIDADE.  
MULTA EM DOBRO.**

---

*Na hipótese de compensação indevida, quando se comprove falsidade da declaração apresentada pelo sujeito passivo, o contribuinte estará sujeito à multa isolada aplicada em dobro.*

**ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL**

*Período de apuração: 01/03/2009 a 30/10/2011*

**PROVAS. APRESENTAÇÃO. PRECLUSÃO.**

*No processo administrativo fiscal, a fase probatória se dá com a impugnação, que deve ser instruída com todas as provas que o sujeito passivo possuir. Não tendo aproveitado o momento processual adequado, precluso está o direito do Autuado.*

*Impugnação Improcedente*

*Crédito Tributário Mantido*

Posteriormente, dentro do lapso temporal legal, foi interposto recurso voluntário, no qual a contribuinte sustentou, em síntese, que:

- a) *em momento algum a recorrente pretendeu iludir o fisco, pelo contrário, sempre suportou a carga tributária a que está submetida, porém, tendo em vista a sistemática e entraves burocráticos que periodicamente tem que superar para receber os valores decorrentes dos serviços prestados, inclusive atrasos, após ser-lhe apresentada proposta de adimplemento de suas obrigações através de compensação e, sendo-lhe garantida a legalidade desse procedimento, assim procedeu, porém, sempre crendo que estava de forma lícita;*
- b) *a aplicação da multa majorada, nos termos do art. 89, § 10 da Lei 8.212/91, em razão de suposta falsidade na declaração de compensação apresentada, confronta não só com os direitos e garantias inerentes a Recorrente, bem como se apresenta dissonante com os fatos narrados no Relatório Fiscal que acompanha o auto de infração;*
- c) *o CARF já se pronunciou, em várias situações, no sentido de que, para a aplicação da multa, a legislação exige apenas a apuração de compensação efetuada de forma indevida. Já em relação à majoração do percentual, consta que tem cabimento somente quando se comprove falsidade da declaração apresentada pelo sujeito passivo;*
- d) *no presente caso, não restou demonstrada a ocorrência de dolo e/ou fraude por parte da recorrente.*

É o relatório.

**Voto**

Conselheira Ana Cecília Lustosa da Cruz

Conheço do recurso, pois se encontra tempestivo e com condições de admissibilidade.

Conforme relatado, a insurgência da contribuinte, com relação à presente autuação, tem como argumento principal a ausência de dolo e/ou fraude na declaração de compensação apresentada.

Consoante se extrai dos autos, embora a contribuinte teça alegações sobre a sua atuação e a falha da assessoria jurídica quanto à possibilidade de compensação, o fato é que a compensação ocorreu de forma contrária à disposição expressa da Lei 8.212/91, que destaca a possibilidade de compensação das contribuições previdenciárias apenas no caso de recolhimento indevidos das contribuições previdenciárias, conforme abaixo transscrito:

*Art. 89. As contribuições sociais previstas nas alíneas a, b e c do parágrafo único do art. 11 desta Lei, as contribuições instituídas a título de substituição e as contribuições devidas a terceiros somente poderão ser restituídas ou compensadas nas hipóteses de pagamento ou recolhimento indevido ou maior que o devido, nos termos e condições estabelecidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil. (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009).*

Além disso, como bem salienta a decisão recorrida, o art. 74, §12, alínea “c”, da Lei n.º 9.430/96, considera não declarada a compensação na hipótese em que o crédito se refira a título público, que no caso em análise foi compensação das contribuições previdenciárias com créditos de títulos da dívida pública (ORTNs e OTNs) adquiridos de terceiros.

Observa-se que, no presente caso, não se trata de dúvida razoável, mas de declaração de compensação contrária à disposição expressa de lei.

Desse modo, como a multa aplicada tem fundamento na falsidade da declaração da compensação prestada pelo sujeito passivo em GFIP, consoante determina o §10, do art. 89, da Lei n.º 8.212/91, não assiste razão à recorrente.

Diante do exposto, **nego provimento ao recurso voluntário.**

*Assinado digitalmente.*

Ana Cecília Lustosa da Cruz- Relatora

